



Foucault e a Verdade: um Olhar Sob o Jornalismo¹

Fernando Figueiredo STRONGREN²

Marcelo da SILVA³

Universidade Sagrado Coração, Bauru, SP

RESUMO

Adotando a premissa positivista de que o fato em si pode ser observado e descrito com o máximo de objetividade possível, o jornalismo contemporâneo assume o papel de “transmissor da verdade” dos fatos. Porém, quando observamos a verdade sob a ótica do pensamento de Michel Foucault, compreendemos que o jornalismo contemporâneo, guiado pela objetividade, age como um instrumento de ratificação do *status quo*.

PALAVRAS-CHAVE: Auguste Comte; filosofia; jornalismo; Michel Foucault; objetividade.

INTRODUÇÃO

A verdade é um dos elementos fundamentais da prática jornalística. Presente em seus códigos deontológicos, manuais de redação e no imaginário popular e profissional, o jornalismo se cristalizou nos últimos séculos como um meio de alcance da verdade dos fatos. Porém, quando colocado em análise dentro do debate científico do jornalismo, a problemática da verdade é construída sobre seu aspecto linguístico, principalmente no campo da análise do discurso. Mas se colocado sob os olhos da filosofia – ou, mais especificadamente, da epistemologia –, encontramos a verdade tomada por duas visões antagônicas, caracterizadas neste trabalho pelas obras dos filósofos Auguste Comte e Michel Foucault.

COMTE, O JORNALISMO E A VERDADE EMPÍRICA

Com a consolidação do jornalismo em seu caráter atual na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento de suas técnicas, métodos e fundamentos científicos foi construído sob os pilares do positivismo, corrente filosófica que estava em alta na época e influenciou não só o jornalismo, mas também o direito, a sociologia e a história.

¹ Trabalho apresentado no II 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 03 a 05 de junho de 2013.

² Estudante do 7º semestre do curso de jornalismo da Universidade Sagrado Coração (USC), e-mail: f.strongren@yahoo.com.br.

³ Orientador da pesquisa. Professor do curso de jornalismo da Universidade Sagrado Coração (USC) e coordenador do curso de relações públicas da USC. Doutorando em comunicação social pela Universidade Metodista de São Paulo, e-mail: Marcelo.silva@usc.br.



Criada por Auguste Comte na primeira metade do século XIX, o positivismo propõe uma sociologia – ou física social, como foi inicialmente batizada – que tivesse como princípio único o empírico e que alcançasse resultados tão incontestáveis quanto os das ciências exatas, fugindo, assim, das explicações “metafísicas” dos fenômenos sociais.

Ao tornar a sociedade um objeto científico, o positivismo trouxe para o universo dos estudos das relações humanas não só o empirismo, mas também os métodos das ciências exatas, baseados na observação neutra e imparcial da realidade, que vêm como substitutos da observação passional e interessada do mundo.

A lógica especulativa tinha até então consistido em raciocinar, de modo mais ou menos sutil, segundo princípios confusos, que, não comportando nenhuma prova suficiente, suscitavam sempre debates sem resultado. Ela (a nossa inteligência) reconhece de ora em diante, como regra fundamental, que toda proposição que não é estritamente redutível à simples enunciação de um fato, particular ou geral, não nos pode oferecer nenhum sentido real e inteligível. [...] A pura imaginação perde então de modo irrevogável a sua antiga supremacia mental e subordina-se necessariamente à observação, de maneira a constituir um estado lógico plenamente normal [...] (COMTE, 2002).

Dentro do jornalismo, uma das maiores marcas do pensamento de Comte foi a separação entre informação e opinião. Entre os séculos XV e XIX, a imprensa se caracterizava por apresentar acontecimentos noticiosos entremeados por um forte posicionamento político, seja na seleção do que é notícia e na forma de redação dessas notícias ou nos textos opinativos publicados. Entretanto, com o jornalismo se transformando em um produto lucrativo, seus propósitos e conceitos foram reformulados para atingir um número maior de pessoas, fazendo surgir os meios de comunicação de massa.

Dessas mudanças veio uma nova forma de fazer jornalismo, o *penny press*, que deixava para trás a função de ferramenta de propaganda política-ideológica, que caracterizava o jornalismo até então, para assumir o papel de fontes informações.

As novas formas de financiamento da imprensa, as receitas da publicidade e dos crescentes rendimentos das vendas dos jornais, permitiram a despolitização da imprensa, passo fundamental na instalação do novo paradigma do jornalismo: o jornalismo como informação e não como propaganda, isto é, um jornalismo que privilegia os fatos e não a opinião (TRAQUINA, 2005, p. 36).

Esses fatores fizeram florescer novas técnicas e estilos de escrita que tinham a função de auxiliar o jornalista a produzir um texto objetivo e imparcial, que retratava a realidade



de maneira mais fidedigna possível. O *lead*, ou pirâmide invertida, facilitava a redação de manchetes, permitia o corte do texto por baixo “sem prejuízo” ao conteúdo e facilitava a leitura. “A redação impessoal, a ausência de qualificativos, a atribuição das informações às fontes, a comprovação das afirmações feitas, a apresentação das partes ou das possibilidades em conflito e o uso de aspas garantiriam a necessária imparcialidade informativa” (BARROS FILHOS, 1995, p. 24).

Mesmo servindo como ideal no jornalismo durante mais de 150 anos, a objetividade não passa sem receber críticas. Perseu Abramo (2003) chama a atenção por destacar que a objetividade não está na mesma categoria da neutralidade, imparcialidade, clareza e precisão textual. Enquanto estas estão ligadas fundamentalmente ao campo do agir, o conceito de objetividade está ligado ao campo do conhecimento, isto é, a objetividade se constrói na relação do jornalista/observador com o fato ou fonte observado, podendo ela se dar em maior ou menor grau, mas nunca de forma absoluta.

Essa posição de Abramo é ratificada no manual da Folha de S. Paulo, que no verbete objetividade afirma que “não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto, editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por posições pessoais, hábitos e emoções” (2010, p. 46). E segue: “Isso não exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza” (Ibidem, p. 46-47).

Porém, mesmo em meio a essas críticas, a objetividade nunca deixou de ser um ideal do jornalismo contemporâneo e traz consigo o paradigma da verdade, caráter pouco discutido entre os pesquisadores do jornalismo e pressuposto fundamental para uma análise crítica da validade e aplicabilidade da objetividade e outras questões proeminentes do jornalismo contemporâneo, como sua deontologia, profissionalização da categoria e sua função social.

FOUCAULT E O JORNALISMO

Buscando uma explicação para o que seria a verdade, nossos estudos encaminharam para o pensamento do filósofo francês Michel Foucault. Influenciado por outro filósofo, o alemão Friedrich Nietzsche, Foucault entende que a verdade “é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (2012, p. 52). Assim, como acontece no pensamento nietzschiano, a verdade é retirada do plano metafísico e transportada para a estrutura social enraizada nas questões



do poder, ou seja, como as instâncias de poder selecionam os discursos verdadeiros e falsos.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Ibidem, p. 52)⁴

É reconhecendo a verdade como produto histórico que Foucault (2012) recorre ao método genealógico. Comentando as obras de Nietzsche, o filósofo francês destaca o uso de três palavras alemãs: *Ursprung* (origem), *Herkunft* (proveniência) e *Entstehung* (de onde emerge), opondo o primeiro aos dois últimos.

Utilizado de forma irônica por Nietzsche, o *Ursprung* é associado à pesquisa metafísica da verdade, que busca na origem das coisas um surgimento espontâneo e desinteressado, sua mais pura essência, imóvel e livre das interferências “mundanas”⁵. Contudo, a genealogia não procura no eterno e imutável a origem dos valores e das coisas, como ensinou a herança platônica da filosofia. Fechando os olhos metafísicos, o genealogista não se encontra mais ofuscado pela luz divina originária e se permite ouvir a história da construção das verdades, vinda de baixo, dos homens, como bem salienta Foucault (2012, p. 59):

A alta origem é o “exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial”: gosta-se de acreditar que as coisas no início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã. A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do lado dos deuses, e para narrá-las se canta sempre um teogonia. Mas o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as enfações.

Negando a via do *Ursprung*, todos os valores e conceitos se encontram submetidos às forças, paixões, interesses e vontades dos indivíduos que cruzaram a sua história. Assim, torna-se necessária – na arguição filosófica – a busca pela configuração histórica

⁴ A medicina é um exemplo dessa política geral de verdade. Na sociedade ocidental contemporânea, a medicina tradicional (desenvolvida dentro dessa sociedade) é soberana perante as outras formas de medicina, relegando a esses uma posição inferior, de não qualificados, pois não se encaixam nas técnicas e procedimentos aceitos.

⁵ Apesar da similaridade de termos e expressões, Nietzsche, e por consequência Foucault, entendem que Comte e o positivismo também empreendiam pesquisas metafísicas, uma vez que para ele, a verdade estava fora das relações humanas.



dos valores e conceitos. Nessa busca, pautada pela genealogia, Foucault encontra dois caminhos: o *Herkunft* e o *Entestehung*.

Entendido como proveniência, *Herkunft* está associado ao grupo social de onde vieram os valores, em um movimento de reconstrução histórica que não busca a origem, senão o percurso e, principalmente, as marcas das disputas, erros e acertos, mostrando que nossos valores não estão ligados com a verdade, mas com o acidente.

Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou, ao contrário, as inversões completas -, os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir a raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. (Ibidem, p. 63).

Por fim, cabe ressaltar que *Herkunft* encontra seu lugar no corpo, os acontecimentos que constituem a raça deixam marcas no corpo (como uma “perigosa herança”, como diria Foucault (2012, p. 63), moldando comportamentos, gestos e a estrutura fisiológica dos indivíduos, nas palavras de Cláudio Lúcio Mendes (2006, p. 170): “A proveniência é aquilo que nos baliza, marcando nossos corpos de determinadas formas”.

Ao ponto no qual *Herkunft* se inscreve no campo história-corpo, o outro caminho da genealogia, o *Entestehung* (emergência), se desenrola no campo do saber prático, sendo “o princípio e a lei singular de um aparecimento” (FOUCAULT, 2012, p. 65). Entretanto, ao contrário do que propõem os metafísicos, o *Entestehung* não tem seu fim determinado desde o momento de seu surgimento, ele emerge de um jogo de forças, no qual valores e conceitos se enfrentam e submetem-se uns aos outros.

A emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é a sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude. [...] Em certo sentido, a peça representada nesse teatro sem lugar é sempre a mesma: é aquela que repetem indefinidamente os dominadores e os dominados. Homens dominam outros homens, e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a ideia de liberdade. (Ibidem, p. 68).

Tentando se fixar, a dominação estabelece rituais, procedimentos, regras e obrigações vazias e não finalizadas que visam, unicamente, um determinado fim, posto pelo dominante. E são justamente essas regras que estão em disputa no *Entestehung*. Um confronto violento entre dominados e dominantes em busca da violação das regras



vigentes para impor, por substituição, reposição, deslocamento, conquista e inversão (FOUCAULT, p. 70), um novo esquema de regras.

O reconhecimento desse jogo de forças permite a Foucault (2012) reposicionar o devir da humanidade na própria história da humanidade. Isto é, enquanto para os metafísicos o devir só poderia ser traçado na busca por uma “significação oculta da origem”, a genealogia reconhece a interpretação como o apoderar-se de um sistema de regras e submetê-lo a um novo sistema.

Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. (Ibidem, p. 70).

A pesquisa genealógica, seja por *Entstehung* ou por *Herkunft*, se opõe à história tradicional, com o que Foucault (2012) chama de história “efetiva”. Fazendo referência à Nietzsche, o filósofo afirma que a história “reintroduz o ponto de vista supra-histórico” (Ibidem, p. 71), agrupando toda diversidade existente em um tempo, reduzindo-a a uma história na qual podemos nos reconhecer em qualquer momento do passado. Isso ocorre pois os historiadores constroem sua ciência com princípios fora do tempo: “uma verdade eterna, uma alma que não morre, uma consciência sempre idêntica a si mesma” (FOUCAULT, p. 71). Assim, acreditamos (e buscamos) o nosso presente como a causa lógica e necessária de uma história contínua, já traçada desde os primórdios, na qual é possível nos reencontrarmos, seja em verdades ou nos homens.

Na procura por uma objetividade científica, o historiador se coloca no ponto mais alto da história, já que “uma das características da história é a de não escolher: ela se coloca no dever de tudo compreender sem distinção de altura; de tudo aceitar, sem fazer diferença” (Ibidem, p. 77). Porém, esse posicionamento reduz tudo ao mais baixo denominador, criando um discurso demagogo de que nada é maior que o presente.

Mas essa demagogia é hipócrita. Deve esconder o singular rancor sob a máscara do universal. E assim como o demagogo deve invocar a verdade, a lei das essências e a necessidade eterna, o historiador deve invocar a objetividade, a exatidão dos fatos, o passado inamovível. [...]; o historiador é levado ao aniquilamento da própria individualidade para que os outros entrem em cena e possam tomar a palavra. [...] E nesse mundo em que ele terá refreado sua vontade individual ele poderá mostrar aos outros a lei inevitável de uma vontade superior. (FOUCAULT, p. 78).



Desta forma, a objetividade do historiador é a sobreposição de um querer sobre o saber (o querer se anular, sobre o saber histórico efetivo), reinsserindo na história a crença na Providência e na teologia.

O JORNALISTA COMO HISTORIADOR

Compartilhando a objetividade como um de seus princípios, o jornalismo se identifica com a história tradicional descrita por Foucault (2012). Como um historiador do contemporâneo, o jornalista vê o acontecimento como parte de uma continuidade ideal, parte de um processo mecânico. O acontecimento, segundo Foucault, é o momento singular da inversão de forças e domínio em um determinado campo de batalha.

E preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento. (Ibidem, p. 73).

Desse modo, o jornalista deve entender o acontecimento como um ponto emergente do conflito, o *Entstehung*, no qual dominados buscam subverter o esquema de força vigente. Como é possível notar na cobertura da invasão ao Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 2010, o jornal O Globo descreveu os momentos que antecederam a ação militar com dados numéricos sobre a força oficial (composta pela Polícia Militar, Polícia Federal e Forças Armadas), procedimentos realizados por essa força (revistas e ultimato para rendição dos traficantes) e resultado parcial da operação (presos até o momento).

No dia seguinte, a Folha de S. Paulo dedicou a capa e as cinco páginas seguintes do caderno Cotidiano à cobertura da ocupação, trazendo relato da rápida ocupação, números da operação, fatos curiosos, possível motivo para a baixa resistência, entrevista com o mediador da rendição, declarações de representantes do governo estadual e federal, dos moradores da região (do Complexo e dos arredores) e análises de fontes especializadas, sempre acompanhados de fotos e infográficos. Uma ampla cobertura da batalha.



Entretanto, o acontecimento, no sentido foucaultiano, não ganhou as páginas do jornal paulista. As matérias não mostram se ocorreu uma inversão de valores (*Entestehung*) decorrentes do confronto, se os valores enraizados nos moradores do Complexo pela “opressão e controle do tráfico” são substituídos pela “liberdade e cidadania” representadas pela bandeira nacional hasteada no topo da favela.

Na matéria “Moradores falam de excesso de policiais”, a repórter Fabia Prates, da Folha, chega ao limiar dessa questão, mostrando que apesar de verem a ação como positiva, os moradores ficam acuados e com medo da presença da polícia. “Por volta das 13h, um homem de aproximadamente 50 anos chorava nas imediações do ponto de apoio da polícia, em um dos acessos à favela. Ele se disse indignado por chegar em casa e encontrar o espaço revirado” (PRATES, 2010).

Outro ponto de aproximação entre o jornalista e o historiador tradicional é a visão metafísica da realidade. Analisando o hoje como um momento no caminho a um determinado fim, o jornalista acaba por atribuir valores inexistentes alguns fatos.

Caso relevante dessa atribuição metafísica de valores foi a cobertura da Primavera Árabe no Egito, em 2011. Observando matérias produzidas em dois momentos distintos da revolta no Egito, a saber: renúncia do presidente egípcio Hosni Mubarak (SALEC, 2011) e decepção por uma revolução infrutífera após dois anos (DECEPÇÃO, 2012), notamos que os valores democráticos, característicos dos países ocidentais impregnam as matérias como se esse fosse o fim lógico de uma sociedade após a queda de governos ditatoriais.

Como evidencia a matéria “Após renúncia, Cairo tenta voltar à rotina; futuro do Egito é debatido”, publicada pela BBC Brasil, em fevereiro de 2011, o povo egípcio clamava por um governo democrático após três décadas de governo sob a ditadura de Mubarak: “Um dos expoentes da oposição, Mohamed ElBaradei, ex-chefe da Agência Atômica da ONU, disse à BBC que sentiu ‘alegria e euforia’ porque, ‘após anos de repressão, o Egito finalmente foi libertado e colocou-se no caminho para um país de democracia e justiça social’” (SALEC, 2011).

Com a queda de Mubarak, a *Entestehung* da Primavera Árabe egípcia é alcançada e os valores ditatoriais são substituídos por uma vontade de democracia. Mas passados quase um ano e meio após a queda do regime de Mubarak, o Egito conheceu seu primeiro presidente eleito em junho de 2012. Mohammed Mursi, candidato da Irmandade Muçulmana, assumiu o cargo e trouxe um novo conflito entre o povo egípcio. O estado,



anteriormente laico⁶, agora ganhava um presidente de um partido islamita fundamentalista.

Com a promulgação (em referendo) da nova constituição, baseada na *Sharia* – a Lei Islâmica – a cisão entre egípcios muçulmanos e egípcios seculares e cristãos tomou conta do país, deixando de lado a questão da busca por uma democracia. Porém, matérias como “Decepção se estende entre os países da Primavera Árabe”, publicada no portal G1, em 18 de dezembro de 2012, busca evidenciar o fator político da crise no Egito, mostrando que os jornalistas ainda mantêm o discurso democrático como mote do conflito egípcio, deixando de caracterizar como um conflito de valores religiosos (muçulmanos *versus* seculares e cristãos).

O Egito nunca esteve tão dividido como desde que o presidente islamita Mohamed Mursi tentou atribuir a si mesmo novos poderes. Pressionado por uma parte da população, Mursi renunciou a isso, mas manteve um referendo sobre a Constituição redigida por islamitas e impugnada pela oposição. As manifestações de protesto contra as intenções do presidente foram violentas, com derramamento de sangue, o que agrava a tensão no país. Por causa dos problemas políticos, o pedido de ajuda de 4,8 bilhões de dólares que o Egito fez ao Fundo Monetário Internacional (FMI) está congelada pela decisão do Cairo. (DECEPÇÃO, 2012).

Apesar da importante presença da disputa religiosa na virada do ano de 2012 para 2013 no Egito, os veículos citados mantêm, na construção da notícia, a visão de uma “necessidade eterna” ou de uma “lei fundamental” no ideal ocidental de um estado laico e democrático na história.

A PROBLEMÁTICA DO DISCURSO

É inerente à questão da verdade, sobretudo quando falamos de jornalismo, a preocupação a respeito da relação que ela estabelece com o discurso. Para Foucault, o problema do discurso vai além das disputas entre os defensores da transparência ou da opacidade do mesmo, isso porque, o discurso é objeto de poder e, antes disso, objeto de construção da realidade.

Em sua aula inaugural no Collège de France, ministrada no dia 2 de dezembro de 1970, e publicada em 2010 com o título “A Ordem do Discurso”, Foucault demonstra essa

⁶ Na política internacional, o principal alarde com a vitória da Irmandade Muçulmana era com relação aos tratados políticos entre Egito e Israel, porém, como mantemos o foco na *Entstehung* do povo egípcio, não vamos entrar nessa questão de política internacional.



preocupação com os efeitos de um discurso que, mesmo sendo efêmero e aparentemente inocente, está investido de poder.

Mas pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 2010, p. 8).

Para o filósofo francês, a construção social do discurso utiliza de certos procedimentos (que veremos detalhadamente a seguir) para determinar quais discursos são válidos e quais são relegados ao campo da loucura, da mentira e da inexistência. Fomentado por essa capacidade de construir o mundo, o discurso se confunde com a verdade e torna-se, também, objeto de disputa.

Ao elencar os procedimentos utilizados para a exclusão dos discursos, Foucault (2010) aponta inicialmente para o mais evidente deles, a interdição. Estabelecendo quem, quando e onde um discurso pode ser pronunciado, a interdição atua em duas vias no jornalismo contemporâneo.

Sob a bandeira da objetividade, a interdição aparece no jornalismo como forma de exclusão de outros discursos. O uso de fontes oficiais e especializadas, como economistas, pesquisadores e historiadores coloca à margem o dito conhecimento “popular”. Nesse caso, é mais fácil reconhecemos os três tipos de interdição mencionados por Foucault (2010, p. 9): tabu do objeto, ou seja, quando determinado assunto é excluído ou colocado como periférico na produção jornalística, como o caso comentado por Mayra Rodrigues Gomes, em seu livro “Jornalismo e filosofia da comunicação”, em que aponta o uso do termo “ex-namorada” para Adriana, caso extraconjugal do então senador Antônio Carlos Magalhães, em 2003⁷; no ritual da circunstância, não se pode falar de tudo em qualquer lugar, como o caso de coberturas de suicídios; e direito privilegiado de quem fala, como a busca por fontes oficiais em

7 Mais em GOMES, 2004, p. 12.



casos policiais (onde o que vale é o que está no boletim de ocorrência, não, necessariamente, a versão dos envolvidos)⁸.

Esse último tipo de interdição também está diretamente ligado ao outro tipo de exclusão apontado por Foucault: a separação e rejeição, em um procedimento que identifica o que é verdadeiro e falso, baseado, sobretudo, na autoridade de quem fala. E, como apontam Sabrina Franzoni, Daiane Bertasso Ribeiro e Sílvia Saraiva de Macedo Lisboa, no artigo “A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso”, o direito de fala é ligado em sua maioria às elites do poder. Tal posição é ratificada pelas autoras fazendo referência ao trabalho de Léon Signal, que “mostrou que a maioria das matérias de primeira página dos dois principais jornais norte-americanos, o *New York Times* e o *Washington Post*, eram fortemente inspiradas por fontes governamentais” (2011, p. 50). Assim, as autoras concluem que:

Podemos inferir a partir desses estudos e conforme a ótica de Foucault que as fontes oficiais, que na maioria das vezes detêm o poder econômico e político, contribuem para a instauração de uma ordem discursiva, que será a predominante no campo jornalístico. A detenção do poder, neste caso, lhes assegura um lugar privilegiado na esfera jornalística, que se torna dessa maneira reprodutora de uma visão hegemônica. Esse retrato da realidade social feito pelo jornalismo, porém, pode ter pouco a ver com os interesses do cidadão ou com a complexidade social, como observou Hall et al. Dessa forma, as opiniões e os argumentos reproduzidos pelo jornalismo, tal como os sujeitos que os proferem, estão inseridos numa estrutura social que os modela. A “verdade” inscrita nesses relatos emerge, portanto, como consequência de regras institucionais e estratégias de poder como assinala Foucault. Seguindo nessa mesma linha, Benetti referenda essa afirmação ao dizer que: “Nenhum discurso está livre da verdade como efeito, e o jornalismo não seria diferente: a verdade como construção, como crença e como convicção”. (Ibidem, p. 50).

Ambos os procedimentos anteriormente citados (interdição e a separação/rejeição) são regulados e conduzidos pelo terceiro procedimento apontado por Foucault: a vontade de verdade. Princípio fundamental para a aceitação de um discurso como verdadeiro, a vontade de verdade são “as condições variáveis que tornam aceitáveis um discurso” (WOLFF, apud NOTO, 2010, p. 23), isto é, um conjunto de técnicas e objetos que uma sociedade aceita como válidos para que um discurso seja tomado como verdadeiro.

8 Neste caso, abre-se uma exceção para casos de violência policial, mas ainda assim, são casos escassos e pontuais, como podemos verificar na pouca cobertura investigativa dada aos casos de “resistência seguida de morte”, recentemente rebatizada de “morte decorrente de intervenção policial”.



Também é na vontade de verdade que encontramos uma ligação bastante próxima com o jornalismo. “Enfim, creio que essa vontade de verdade assim *apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional* tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2010, p. 18, destaques nossos).

Ao falar do “suporte institucional” da vontade de verdade, Foucault menciona explicitamente os livros, bibliotecas, sábios e laboratórios, além do “modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (Ibidem, p. 17), ou seja, todo um conjunto de práticas pedagógicas que ditam a sociedade. E é justamente nesse ponto que o jornalismo entra como uma instituição fundamental para a disseminação e reforço da vontade de verdade.

Ao contrário de prisões, hospícios, escolas e universidades, que mantêm um controle mais direto e fácil sob seus membros (presos, loucos, alunos e pesquisadores), a sociedade contemporânea – ampla e difusa – não pode funcionar como um pan-óptico, tornando-se quase impossível de ser colocada sob o controle de uma instituição similar as anteriormente citadas. Construindo um campo de atuação similar à estrutura social, também amplo e difuso, o jornalismo pode funcionar como instituição de controle social⁹ que alcança quase todo o corpo social, movimentando e agindo sobre a estrutura social onde as relações recíprocas dos indivíduos e grupos constroem efetivamente os efeitos do poder (FOUCAULT, 2010, p. 281 e seguintes). Foucault também destaca essa relação entre os meios de comunicação e a difusão e produção dos discursos ao falar da “economia política” da verdade.

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política [...]; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação e informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológica”). (Foucault, 2010, p. 52).

DISCIPLINA E PODER

9 O controle social está ligado à questão da disciplina, que veremos mais detalhadamente no tópico seguinte.



Cotidianamente, associamos a ideia de poder às ferramentas repressivas, baseadas na proibição e, nos pontos estudados anteriormente sobre o pensamento foucaultiano, na definição do falso e no discurso inválido. Entretanto, o filósofo francês aponta que o aspecto positivo do poder é a peça fundamental na sua manutenção.

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2010, p. 44).

Como afirmamos nos últimos parágrafos do tópico anterior, o jornalismo é parte integrante dessa estrutura responsável pelo viés positivo do poder. Ele, ao lado de diversas outras instâncias e instituições, atuam na produção, acumulação, circulação e funcionamento dos discursos e da verdade. E isso fica mais evidente ao pensarmos o conceito de objetividade jornalística como a busca pela verdade dos fatos.

O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e recompensa-a, No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. (Ibidem, p. 279).

Apesar de, como dito no capítulo 1, o ideal contemporâneo de jornalismo objetivo ter se solidificado no século XIX, foi mais de cem anos antes que o mecanismo de poder cuja sua função está alinhada começou a ser construída (FOUCAULT, 2010, p. 291). Baseada no domínio do corpo e de seus atos, em substituição ao antigo regime de controle de terras e produtos, essa nova forma de domínio demanda um controle através da vigilância. “Esse novo tipo de poder [...] foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; esse poder não soberano, alheio a forma da soberania, é o poder disciplinar” (Ibidem, p. 291).

Segundo Foucault, as disciplinas são um sistema de coerção do corpo social, criadoras de aparelhos de saber e conhecimento com um discurso próprio. Esse discurso das



disciplinas é distinto da lei e da regra do direito, “mas da regra ‘natural’, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normatização; referir-se-ão a um horizonte teórico [...] (do) domínio das ciências humanas.” (FOUCAULT, 2010, p. 203).

No jornalismo, a disciplina está presente nos mais diversos cadernos e editorias. Desde matérias policiais, nas quais o justo supera a lei, comportamento, seja nas revistas para o público adolescente, falando sobre relacionamento, ou como se comportar em entrevistas de emprego, mas o exemplo de maior destaque é na editoria de saúde, em que o corpo ideal, baseado em estudos científicos, também produzidos dentro de um discurso de verdade, e a qualidade de vida, proporcionada por uma “boa noite de sono” ou uma alimentação saudável, estão diretamente ligados aos interesses de quem quer dominar o corpo: “É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riquezas” (Ibidem, p. 291).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, compreendemos que ao caminhar em direção contrária ao jornalismo assumidamente ideológico, o jornalismo objetivista e contemporâneo (construído desde a segunda metade do século XIX) se baseou em um ideal de verdade como algo dado empiricamente. Entretanto, ciente de como é construída esta verdade e suas implicações no mundo, o jornalista deve-se ver na posição de optar por agir objetivamente e atuar como ferramenta de ratificação do *status quo* ou se manter fiel à função social da profissão, que é vigiar o poder político, proteger o cidadão de abusos e fornecer aos cidadãos informações necessárias para a prática de seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, Clovis. **Ética na comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

COMTE, Auguste. **Discurso preliminar sobre o espírito positivo**. Editora Ridendo Castigat Mores, 2002. Em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/comte.html>>. Acesso em: 8 de junho de 2012.

DECEPÇÃO se estende por países da Primavera Árabe. **G1**, Sidi Buzid, 18 dez. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/decepcao-se-estende-entre-os-paises-da-primavera-arabe.html>>. Acesso em: 24 mar. 2013.



FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25ª edição. São Paulo: Graal, 2012.

_____. **A ordem do discurso**. 20ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FRANZONI, Sabrina; RIBEIRO, Daiane Bertasso; LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, V. 25, n. 58, p. 45-52, jan.-abr. 2011. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/versoereverso/article/view/789/145>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e filosofia da comunicação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

MENDES, Cláudio Lúcio. O Corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUSFC, n. 39, p. 167-181, abr. 2006.

NOTO, Carolina de Sousa. Vontade e verdade em Foucault. **Philosophos** – Revista de filosofia, Goiânia, vol. 15, n. 2, p. 11-28, set. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/9084>>. Acesso em: 05 Mar. 2013.

POLÍCIA e Exército iniciam invasão no Complexo do Alemão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 nov. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/policia-exercito-iniciam-invasao-no-complexo-do-alemao-2919526>>. Acesso: 3 mar. 13.

PRATES, Fabia. Moradores falam de excessos de policiais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2010, p. C6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/11/29/15/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

PROTESTOS após dois anos da queda de Mubarak deixam dezenas de feridos. **Opera Mundi**, 11 fev 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/27127/protestos+apos+dois+anos+da+queda+de+mubarak+deixam+dezenas+de+feridos.shtml>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

SALEH, Tariq. Após renúncia, Cairo tenta voltar à rotina; futuro do Egito é debatido. **BBC Brasil**, 12 fev 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110212_egito_sabado_rp.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2013.